

CONCURSO PÚBLICO

028. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO PLENO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos fundamentais têm por características serem absolutos e universais, e o atributo da universalidade se estende ao polo passivo das relações jurídicas que ocorrem em torno de um direito fundamental.
- (B) Todos os direitos fundamentais são considerados indisponíveis e inalienáveis e vinculam os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (C) A perda da nacionalidade poderá alcançar tanto o brasileiro nato quanto o brasileiro naturalizado.
- (D) De acordo com a doutrina, o direito de sufrágio se limita ao direito de voto, de votar e de ser votado.
- (E) A incapacidade civil absoluta e a condenação criminal transitada em julgado são hipóteses de perda dos direitos políticos.

02. Assinale a alternativa correta sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).

- (A) Foi nos Estados Unidos que surgiu pela primeira vez as Comissões Parlamentares de Inquérito.
- (B) No plano federal, o Senado detém a legitimidade exclusiva para instaurar Comissões Parlamentares de Inquérito.
- (C) Na hipótese de controle judicial dos atos da CPI, o mandado de segurança deve indicar como autoridade coatora a Mesa do Senado.
- (D) A CPI deve ter por objeto um fato, seja ele determinado ou indeterminado, singular ou múltiplo.
- (E) As Comissões Parlamentares de Inquérito não possuem a competência para anular atos do Poder Executivo.

03. Considere que o Prefeito do Município A deseja instituir uma região metropolitana com os Municípios B e C, com o fim de planejar e executar funções públicas de interesse comum. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o Prefeito do Município A detém a iniciativa para propor a lei ordinária que, se aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, instituirá a região metropolitana.
- (B) o Estado em que localizados os Municípios A, B e C é que possui a competência para instituir região metropolitana, mediante lei complementar.
- (C) os Prefeitos dos três municípios devem propor simultaneamente perante a Assembleia Legislativa Estadual o requerimento solicitando a instituição da região metropolitana.
- (D) a competência é concorrente do Estado e dos três Municípios para a instituição da região metropolitana.
- (E) compete a qualquer um dos três municípios a instituição da região metropolitana mediante a expedição de um decreto aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal correspondente.

04. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) registros públicos e consumo.
- (B) a inspeção do trabalho e transporte.
- (C) seguridade social e trânsito.
- (D) propaganda comercial e orçamento.
- (E) procedimentos em matéria processual.

05. A respeito da Ordem Social, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- (A) Os Estados e o Distrito Federal e os Municípios legislarão privativamente sobre as peculiaridades do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- (B) Os Estados devem vincular a fundo estadual de fomento à cultura até dez décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.
- (C) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica gratuita dos 5 (cinco) aos 17 (dezessete) anos de idade.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.
- (E) A União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

- 06.** Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) Já que lei inconstitucional é considerada nula, admitte-se que o Legislativo declare a nulidade de uma lei por meio de ato legislativo posterior.
 - (B) Em ação direta de inconstitucionalidade proposta por confederação sindical é necessária a comprovação de existência de pertinência temática entre a atividade da entidade e o objeto da ação.
 - (C) Exceto as confederações sindicais, entidades de classe, partidos políticos e governadores todos os demais legitimados para a propositura de ADI dispõem de capacidade postulatória especial.
 - (D) De acordo com a jurisprudência do STF, no conceito de entidade de classe se enquadra a associação que reúne, como associados, órgãos públicos, sem personalidade jurídica e categorias diferenciadas de servidores públicos.
 - (E) As federações sindicais são legitimadas ativas para o ajuizamento de ADI e ADC, uma vez que são entidades nacionais de classe.
- 07.** A respeito do Processo Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.
- (A) A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente do Congresso Nacional, com o respectivo número de ordem.
 - (B) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, a depender da matéria tratada.
 - (C) O Presidente do Supremo Tribunal Federal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
 - (D) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal.
 - (E) Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- 08.** De acordo com a Constituição Federal, participa(m) como membro(s) nato(s) do Conselho de Defesa Nacional:
- (A) o Ministro do Planejamento.
 - (B) os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
 - (C) os líderes da minoria no Senado Federal.
 - (D) seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade.
 - (E) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- 09.** Considere que uma determinada lei estadual obriga as empresas prestadoras de serviços de internet móvel e banda larga na modalidade pós-paga a apresentarem, na fatura mensal, gráficos sobre o registro médio diário de entrega da velocidade de recebimento e envio de dados pela rede mundial de computadores. Com base na jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida lei estadual
- (A) padece do vício da inconstitucionalidade formal, pois compete à União legislar privativamente a respeito de telecomunicações.
 - (B) recai em inconstitucionalidade formal, pois é dos municípios a competência para tratar de interesse local.
 - (C) é constitucional, na medida em que normas que tratam do direito do consumidor admitem regulamentação concorrente pelos estados.
 - (D) possui inconstitucionalidade material, na medida em que tal intervenção estatal no domínio econômico para defesa do consumidor é ilegítima.
 - (E) é inconstitucional, pois é exclusiva da União a competência para legislar sobre Direito Civil.

10. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

- (A) O edital de licitação deverá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.
- (B) O leilão deverá ser cometido a leiloeiro oficial e o regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.
- (C) É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo e é obrigatória elaboração de projeto básico previamente à licitação.
- (D) Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.
- (E) A garantia de proposta não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

11. Considere que Francisco foi aprovado no concurso público da Cidade X para o cargo de leiloeiro (código LL-NM), cujo um dos requisitos para investidura era a formação no ensino médio. Após anos de efetivo exercício no cargo, ele foi enquadrado em outro cargo, agora no de leiloeiro (código LL-NS), que exige formação no ensino superior. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o enquadramento de Francisco

- (A) é admitido, desde que a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos sejam similares.
- (B) constitui burla à exigência constitucional de concurso público.
- (C) atendeu ao princípio da legalidade, já que o nome dos cargos é o mesmo.
- (D) apenas ofenderia ao disposto na constituição se a responsabilidade ínsita aos cargos fosse diferente.
- (E) é legal, desde que as peculiaridades dos cargos sejam idênticas.

12. A respeito da Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As entidades privadas que possuem participação minoritária do Estado, ainda que recebam influência estatal em face das *golden shares* e dos acordos de acionistas, são excluídas do conceito de empresas estatais e, consequentemente, da Administração Indireta.
- (B) É necessária, em regra, lei específica para inclusão de empresa pública em programa de desestatização.
- (C) A autarquia é instituída diretamente por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo ou de qualquer membro da Assembleia Legislativa.
- (D) A reserva legal, exigida para a instituição de autarquia, impõe que o detalhamento da sua estruturação interna seja estabelecido pela lei que a criou e não por outro ato administrativo.
- (E) As autarquias sujeitam-se à responsabilidade civil objetiva, fundada na teoria da culpa administrativa.

13. Considere que a Empresa ABC, por meio do seu diretor Amauri, juntamente com João, servidor público, praticaram um ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Com base no disposto na Lei nº 8.429/92 e na Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) as sanções previstas na Lei nº 8.429/92 se aplicarão à Empresa ABC, ainda que o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846/2013.
- (B) Amauri não responde pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à Empresa ABC, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderá nos limites da sua participação.
- (C) a mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso ou culposo praticado com essa finalidade.
- (D) pelo sistema de sanções da Lei nº 12.846/13, à Empresa ABC na esfera administrativa será aplicada multa, no valor de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento do último exercício.
- (E) caso a Empresa ABC celebre acordo de leniência com o poder público, a multa aplicável será reduzida em até metade.

14. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 13.019/14.

- (A) A comissão de monitoramento e avaliação é o órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- (B) Aplicam-se as exigências contidas na Lei nº 13.019/14 às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.
- (C) A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até um ano após o respectivo encerramento.
- (D) Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público.
- (E) A homologação do chamamento público gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

15. A respeito dos bens públicos, é correto afirmar que

- (A) tanto a afetação quanto a desafetação de bens públicos podem ser expressas (formais) ou tácitas (materiais), e quando formais devem respeitar o princípio da simetria e a hierarquia dos atos jurídicos.
- (B) a afetação e a desafetação podem decorrer da utilização ou não de determinado bem público pelos administrados.
- (C) a partir da nova Lei de Licitações, o leilão se torna a modalidade de licitação a ser utilizada exclusivamente na alienação de bens imóveis da Administração Pública.
- (D) para a alienação de bens públicos imóveis é necessário somente que haja a desafetação, justificativa ou motivação, avaliação prévia e licitação.
- (E) a concessão de direito real de uso é o contrato administrativo por meio do qual a Administração Pública concede o uso privativo de bens públicos, obrigatoriamente de forma remunerada, por tempo indeterminado.

16. Considere que José, Prefeito do Município X, antecipou a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário. Com base no disposto no Decreto-lei nº 201/67, é correto afirmar que José

- (A) praticou infração político-administrativa sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.
- (B) não praticou nenhuma infração, pois ele apenas antecipou a ordem de pagamento, não tendo pago a quem não era efetivamente credor.
- (C) praticou crime de responsabilidade e o processo deverá estar concluído dentro de cento e oitenta dias, contados da data em que se efetivar a notificação de José.
- (D) terá seu mandato extinto pelo Presidente da Câmara Municipal em até vinte e quatro horas após o término do processo administrativo.
- (E) cometeu crime de responsabilidade sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

17. Assinale a alternativa que apresenta apenas atos administrativos ordinatórios.

- (A) Regimento, circular, portaria e resolução.
- (B) Decreto, aviso, ordem de serviço e parecer.
- (C) Visto, apostilamento e ordem de serviço.
- (D) Deliberação, regimento, portaria e instrução.
- (E) Despacho, ofício, aviso e circular.

18. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Cessará, para os menores, a incapacidade

- (A) pelo casamento.
- (B) pelo exercício de função pública comissionada.
- (C) pela colação de grau em curso técnico.
- (D) pela existência de relação de estágio.
- (E) pela concessão dos pais, mediante instrumento público e homologação judicial.

19. Donato é proprietário de um imóvel no bairro Bela Vista e decidiu doá-lo para uma ONG que cuida de animais abandonados quando o seu cachorro de estimação morreu. De acordo com a definição doutrinária, a situação hipotética narrada trata de uma hipótese de

- (A) condição suspensiva.
- (B) condição resolutiva.
- (C) termo certo.
- (D) termo incerto.
- (E) encargo.

20. Durante a partida final do campeonato brasileiro de futebol, Eduardo, morador do Edifício Castelo proferiu, aos gritos, diversos xingamentos que foram ouvidos por grande parte dos moradores do prédio. O síndico, inconformado com a atitude do morador, decidiu aplicar a multa prevista na convenção condominial, bem como, o condomínio Castelo, por ele representado, pleiteou, em nome próprio, a ação de indenização por danos morais e sociais. Acerca da situação hipotética, é correto afirmar que o condomínio

- (A) não pode sofrer danos morais e nem danos sociais.
- (B) pode sofrer danos morais e sociais.
- (C) pode sofrer apenas danos morais, uma vez que os danos sociais não podem ser discutidos em ações individuais.
- (D) pode sofrer apenas danos sociais, uma vez que o condomínio não é dotado de honra subjetiva.
- (E) poderia pleitear a ação de indenização por danos morais e sociais, uma vez que possui legitimidade extraordinária.

21. No caso de rateio entre os codevedores, contribuirão

- (A) apenas os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.
- (B) todos os devedores, exceto os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.
- (C) também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente.
- (D) todos os devedores, exceto os exonerados da solidariedade pelo credor, pela totalidade da obrigação.
- (E) também os exonerados da solidariedade pelo credor, pela totalidade da obrigação.

22. Existe uma modalidade contratual na qual uma das partes entrega bens móveis à outra, que fica autorizada a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa. Trata-se de contrato

- (A) de preempção.
- (B) retrovenda.
- (C) de venda a contento.
- (D) de venda com reserva de domínio.
- (E) estimatório.

23. Cristina vendeu uma televisão para a sua vizinha, Carolina, pelo valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Na data combinada, Carolina efetuou o pagamento. Passado um tempo da data do pagamento, mesmo sabendo que Carolina havia realizado o depósito em sua conta, Cristina demandou Carolina em juízo alegando não ter recebido o pagamento, pleiteando o recebimento de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Carolina, por sua vez, apresentou contestação demonstrando que a dívida havia sido paga no prazo combinado. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que, por demandar dívida já paga, Cristina ficará obrigada a pagar Carolina o valor

- (A) relativo apenas à indenização por algum prejuízo que Carolina tenha sofrido.
- (B) de R\$ 600,00 (seiscentos reais), acrescido de atualização monetária, salvo se houver prescrição.
- (C) de R\$ 600,00 (seiscentos reais), ainda que a cobrança da dívida esteja prescrita.
- (D) de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), ainda que a cobrança da dívida esteja prescrita.
- (E) de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), salvo se houver prescrição.

24. Acerca da hipoteca, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.
- (B) Se o primeiro credor estiver promovendo a execução da hipoteca, o credor da segunda depositará a importância do débito e as despesas judiciais caso deseje se subrogar nos direitos do credor da primeira hipoteca.
- (C) Salvo caso de insolvência do devedor, o credor da segunda hipoteca, desde que vencida, poderá executar o imóvel antes de vencida a primeira.
- (D) O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, desde que em favor do mesmo credor.
- (E) O adquirente do imóvel hipotecado, ainda que tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel.

25. Considerando o disposto na Lei nº 6.766 de 1979, quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária,

- (A) o registro poderá ser requerido primeiramente perante a circunscrição de preferência do interessado, não sendo necessário o requerimento nas demais.
- (B) os lotes poderão situar-se em mais de uma circunscrição.
- (C) é defeso ao interessado processar simultaneamente, perante diferentes circunscrições, pedidos de registro do mesmo loteamento, sendo nulos os atos praticados com infração a esta norma.
- (D) concedido o primeiro registro na circunscrição de preferência, considerar-se-á o loteamento como registrado para os efeitos legais.
- (E) o indeferimento do registro do loteamento em uma circunscrição determinará o cancelamento do registro procedido em outra.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. A Companhia Prudentina de Desenvolvimento foi citada para apresentar contestação em face a uma ação de obrigação de fazer proposta pela Associação do Bairro X. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a Companhia Prudentina de Desenvolvimento deveria ter sido citada, preferencialmente,

- (A) por meio eletrônico e terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- (B) por oficial de justiça e terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- (C) pelo correio e terá prazo simples para todas as suas manifestações processuais.
- (D) por oficial de justiça e terá prazo simples para todas as suas manifestações processuais.
- (E) por meio eletrônico e terá prazo simples para todas as suas manifestações processuais.

27. No que diz respeito à competência, assinale a alternativa correta.

- (A) Determina-se a competência no momento da distribuição da petição inicial, sendo que as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, em regra, alteram a competência.
- (B) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão, que ocorre quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (C) Quando for comum o pedido ou a causa de pedir de duas ou mais ações, a competência absoluta poderá ser modificada nos termos da lei.
- (D) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- (E) incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro em qualquer oportunidade.

28. Pedro contratou a empresa Mirora para a fabricação de móveis sob medida para o seu novo apartamento, realizando o pagamento antecipado do valor integral do serviço. Passado o prazo acordado para a entrega dos móveis, a empresa não prestou o serviço e se recusou a devolver o valor já pago. Pedro, inconformado, ajuizou ação de obrigação de fazer, cumulada com indenização por danos morais. A sentença foi julgada procedente e condenou a empresa a pagar R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais. No entanto, em cumprimento de sentença, não foram localizados bens da empresa, o que fez com que o advogado de Pedro instaurasse o incidente de desconsideração da personalidade jurídica para localizar bens pessoais dos sócios: Miguel e Aurora. Realizados todos os trâmites legais, o juiz rejeitou o pedido de Pedro. Diante da situação hipotética, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Pedro poderá recorrer da decisão por meio de

- (A) apelação e, caso mantida, será condenado a pagar honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.
- (B) apelação e, caso mantida, será condenado a pagar honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.
- (C) apelação e, caso mantida, não será condenado a pagar honorários advocatícios.
- (D) agravo de instrumento e, caso mantida, será condenado a pagar honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.
- (E) agravo de instrumento e, caso mantida, não será condenado a pagar honorários advocatícios.

29. No que diz respeito às provas, é correto afirmar que

- (A) é admissível a prova emprestada, ainda que não haja identidade de partes, observado o contraditório.
- (B) a eficácia da produção antecipada de provas está condicionada ao prazo para a propositura de outra ação.
- (C) para a decisão interlocutória que rejeita a inversão do ônus da prova, é admissível a interposição de agravo de instrumento; para a que a defere, é admissível a interposição de apelação.
- (D) não é admitida a exibição de documentos como objeto de produção antecipada de prova.
- (E) a convenção das partes sobre o ônus da prova afasta a redistribuição por parte do juiz mesmo quando reconhecida a sua nulidade.

30. São recursos de fundamentação vinculada:

- (A) apelação, agravo de instrumento, agravo interno e agravo em recurso especial ou extraordinário.
- (B) embargos de declaração e embargos de divergência.
- (C) especial, extraordinário e embargos de declaração.
- (D) apelação, agravo, recurso ordinário e embargos de divergência.
- (E) especial, extraordinário e ordinário.

31. Caso a petição inicial contenha pedidos incompatíveis entre si, é o caso de:

- (A) improcedência liminar do pedido.
- (B) indeferimento da petição inicial.
- (C) julgamento antecipado parcial.
- (D) extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (E) designação de audiência de conciliação e julgamento.

32. O Município Y decidiu realizar um grande evento em comemoração ao aniversário de 250 anos da cidade. Para tanto, contratou, por inexigibilidade de licitação, uma famosa confeitaria da cidade, Adriana. Por ser considerada como pequena compra e de pronto pagamento, não houve assinatura de nenhum contrato. No dia da cerimônia, Adriana entregou um bolo de 25 quilos e recebeu, de um funcionário da Prefeitura, um recebido de entrega com o valor em aberto. Passados dois meses da entrega do bolo, sem ter recebido pelos serviços prestados, Adriana pleiteia a cobrança do valor por meio de ação monitória. Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que Adriana

- (A) agiu corretamente ao propor ação monitória, uma vez que o recibo é uma prova escrita sem eficácia de título executivo.
- (B) deveria ter proposto ação de execução, por se tratar do modo mais célere para a cobrança de dívidas.
- (C) deveria ter proposto ação de cobrança, uma vez que o recibo é equivalente a um título executivo extrajudicial.
- (D) não poderia ter proposto ação monitória, por ser inadmissível contra a Fazenda Pública.
- (E) deveria ter proposto ação de execução, uma vez que o recibo é equivalente a um título executivo judicial.

33. No que concerne aos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, assinale a alternativa correta.

- (A) os interesses ou direitos difusos são os transindividuais, de natureza indivisível, cujos titulares são determináveis e ligados entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- (B) os interesses ou direitos coletivos são acidentalmente coletivos, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas ligadas por circunstâncias de fato.
- (C) os interesses ou direitos individuais homogêneos são os transindividuais, cujos titulares são indetermináveis, sendo considerados essencialmente coletivos.
- (D) os direitos coletivos em sentido lato se classificam em direitos difusos, direitos coletivos em sentido estrito e direitos individuais homogêneos, e têm como característica a transindividualidade, a indivisibilidade e a indeterminabilidade das pessoas titulares desses direitos.
- (E) dentre os direitos transindividuais, os direitos difusos são os que possuem a transindividualidade real mais ampla, sendo indivisíveis e indisponíveis, com reparabilidade indireta.

34. Quanto ao fundo mencionado pela Lei nº 7.347/1985, assinale a alternativa correta.

- (A) Seu objetivo exclusivo é gerir os recursos destinados à reparação dos danos ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte e ao idoso.
- (B) É vedado o recebimento de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.
- (C) Seus recursos serão obrigatoriamente aplicados na reparação específica do dano causado.
- (D) É possível a aplicação financeira das disponibilidades do fundo, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.
- (E) A pessoa nomeada como membro do Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos faz jus ao recebimento de remuneração pelos serviços prestados ao fundo.

35. Mecônio Maleque é um cidadão prudentino que, numa conversa de bar, ouviu dizer que o contrato de prestação de serviços de limpeza foi realizado sem licitação e com superfaturamento do contrato. Em razão disso, ingressa com ação popular em face da empresa e seu proprietário. A partir destes fatos hipotéticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a sentença, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, estipula a lei que o autor será condenado ao pagamento do décuplo das custas.
- (B) Se a ação for julgada improcedente, o autor deve ser condenado ao pagamento dos honorários advocatícios da parte contrária, bem como ao reembolso das custas despendidas pelos réus.
- (C) Em ação popular, não existe condenação ao pagamento de honorários pelas partes do processo ou reembolso de custas processuais e despesas realizadas pela parte vencedora.
- (D) Se a ação for julgada improcedente, caberá ao Estado o pagamento dos honorários aos réus da ação popular.
- (E) se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas, ocorrerá a eficácia da coisa julgada opo-nível *erga omnes*.

36. No que tange à legislação da saúde (Lei nº 8.080/90), podemos afirmar que:

- (A) o dever do Estado de garantir a saúde é exclusivo, estando eximidas desse encargo as empresas e a sociedade.
- (B) a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.
- (C) cabe à União, aos Estados e aos Municípios, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- (D) os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) podem, a seu critério, permitir a presença, junto à parturiente, de pelo menos um acompanhante durante o período de trabalho de parto.
- (E) é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde.

37. Nos termos da Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser assegurada à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até um ano.
- (B) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidoras exclusivamente do sexo feminino, devidamente capacitadas.
- (C) Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.
- (D) Compete exclusivamente à autoridade judicial impor ao agressor o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, quando verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- (E) Inclui-se na competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

38. Constitui limitação ao poder de tributar dos Estados a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços:

- (A) de autarquias, fundações instituídas e mantidas por Municípios, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais.
- (B) de autarquias, fundações e empresas estatais, independentemente da vinculação às respectivas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- (C) de autarquias e fundações instituídas e mantidas por Municípios, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (D) relacionados com exploração, pelos Municípios, de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- (E) relacionados com exploração, pelos Municípios, de atividades em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

39. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o benefício da denúncia espontânea aplica-se no caso em que o contribuinte:

- (A) retifique o valor de tributo sujeito a lançamento por homologação, declarado a menor, porém acompanhado do respectivo pagamento integral.
- (B) efetue, antes de qualquer procedimento de fiscalização, o pagamento a destempo de tributo sujeito a lançamento por homologação, declarado regularmente no prazo legal.
- (C) efetue, unilateralmente, parcelamento do débito de tributo sujeito a lançamento por homologação, dentro do prazo legal.
- (D) apure o valor de tributo sujeito a lançamento de ofício, antes de qualquer procedimento de fiscalização, e realize o respectivo pagamento antecipado.
- (E) apure, ainda que no curso de procedimento de fiscalização, o valor de tributo sujeito a lançamento por homologação declarado a destempo.

40. Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça, em execução fiscal:

- (A) a Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- (B) a citação por edital é cabível preferencialmente nas ações ajuizadas contra pessoas jurídicas de direito público.
- (C) é possível substituir a certidão de dívida ativa até a prolação da sentença de embargos, para retificação de erro material quanto à identificação do sujeito passivo.
- (D) a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício pelo juízo.
- (E) a decadência ocorrida antes da propositura da ação deve ser reconhecida de ofício pelo contribuinte.

41. Para cobrir déficit de uma empresa estatal municipal, o Prefeito propõe aumentar o capital da entidade. De acordo com o ordenamento jurídico em vigor, essa proposta é juridicamente

- (A) inviável, pois o meio adequado para aumentar capital de empresa estatal se dá mediante alienação do respectivo controle acionário, precedida de lei autorizativa e de regular processo de licitação.
- (B) inviável, pois não se admite que ente federativo destine recursos próprios para cobrir déficit de pessoa jurídica, exceto nos casos de instituições do Sistema Financeiro Nacional.
- (C) inviável, pois a lei de responsabilidade fiscal veda a destinação de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública indireta, inclusive instituições financeiras.
- (D) viável, desde que seja precedida da concessão de empréstimo com encargos financeiros inferiores ao custo de captação, observadas as disposições do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) viável, desde que exista autorização em lei específica e previsão no orçamento ou em seus créditos adicionais, bem como que sejam observadas as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

42. A respeito dos precatórios, é correto afirmar que

- (A) os créditos de natureza alimentícia dispensam a expedição de precatório, independentemente do respectivo valor, já que são isentos da observância da ordem cronológica, preferindo aos débitos de outra natureza.
- (B) é vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total como obrigação definida em lei como de pequeno valor que as Fazendas Públicas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) cabe ao credor do precatório comunicar ao Tribunal competente a existência de débitos inscritos em dívida ativa do ente devedor, no prazo de até 30 (trinta) dias após a expedição do requisitório, sob pena de perda do direito de abatimento.
- (D) é facultado ao credor de precatório de natureza alimentar oferecer o respectivo crédito para quitação de débitos inscritos em dívida ativa ou para aquisição de imóveis públicos disponibilizados para venda por qualquer ente federativo.
- (E) os requisitórios não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida mobiliária do ente federativo e, portanto, não integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites de endividamento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

43. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, equiparam-se a operações de crédito e estão vedados em qualquer hipótese:

- (A) captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador já tenha ocorrido.
- (B) recebimento antecipado de valores de empresas em que o Poder Público detenha a maioria do capital social, inclusive lucros e dividendos.
- (C) confissão de dívida junto a fornecedor de bens ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, inclusive por empresas estatais dependentes.
- (D) assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
- (E) assunção de compromisso financeiro em razão de mútuo, abertura de crédito e aquisição financiada de bens, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

44. Sobre renúncia e transação no Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

- (A) é permitida a renúncia da integralidade das férias se realizada de forma unilateral pelo trabalhador.
- (B) havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de transação às regras do sistema do outro.
- (C) é válida a renúncia a direitos futuros, como a pré-contratação de horas extras.
- (D) não se admite renúncia de direitos trabalhistas, mesmo que disponíveis, mas com a reforma trabalhista é permitida a transação se em âmbito judicial.
- (E) a transação aborda apenas questões fáticas ou jurídicas duvidosas e poderá ser celebrada em âmbito judicial ou extrajudicial.

45. Assinale a alternativa correta, nos termos da CLT.

- (A) O empregado efetivo que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, é considerado de “prontidão” e cada escala será, no máximo, de vinte e quatro horas.
- (B) O empregado, efetivo ou não, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, é considerado de “sobreaviso”. As horas de “sobreaviso”, serão contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário normal.
- (C) Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o empregado, houver facilidade de alimentação, as horas da prontidão e sobreaviso não poderão ser contínuas.
- (D) Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o empregado, não existir facilidade de alimentação, depois de seis horas de prontidão, deverá haver um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será computada como de serviço.
- (E) Considera-se de “sobreaviso” o empregado que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens. A escala será, no máximo, de doze horas e as horas serão contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário-hora normal.

46. Considerando expressa previsão na CLT, assinale a alternativa que trata corretamente sobre prescrição e decadência.

- (A) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, desde que em juízo competente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos em relação a todos os pedidos.
- (B) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.
- (C) A declaração da prescrição intercorrente não pode ser declarada de ofício.
- (D) O prazo decadencial para a propositura de inquérito judicial para apuração de falta grave é de até 60 (sessenta) dias, contados da data da suspensão do empregado.
- (E) Não há que se falar em prescrição intercorrente no processo do trabalho, por falta de previsão legal.

47. Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo, ou ainda à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso à regra geral, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. Essa decisão:

- (A) deverá ser fundamentada, proferida antes da abertura da instrução e a requerimento da parte.
- (B) independentemente de ser fundamentada, deverá ser proferida durante a fase de instrução e a requerimento da parte.
- (C) dispensa fundamentação, mas deverá ser proferida durante a fase de instrução, independentemente de requerimento das partes.
- (D) não poderá implicar adiamento de audiência.
- (E) deverá ser fundamentada, proferida até a data do julgamento, independentemente de requerimento das partes.

48. Sobre o sistema recursal na justiça do trabalho, assinale a alternativa correta nos termos da CLT.

- (A) O Recurso Ordinário, no procedimento sumaríssimo, será imediatamente distribuído a um relator, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor.
- (B) Não é cabível recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, se em casos de dissídios coletivos.
- (C) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, exceto em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de uniformização de jurisprudência.
- (D) Da decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria, caberá recurso no prazo de oito dias.
- (E) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspenderá a execução da sentença.

49. Policarpo é advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas está licenciado junto à entidade. No entanto, ele foi contratado por um cliente para que o representasse com urgência num processo judicial criminal, uma vez que está prestes a ser preso pela Justiça. Com o objetivo de defender o seu cliente, Policarpo ingressou no referido processo, praticando os atos necessários à sua defesa judicial, mas sem a respectiva procuração, evitando a sua prisão. Nessa situação hipotética, segundo o disposto na Lei nº 8.906/1994, sobre a conduta de Policarpo, é correto afirmar que

- (A) ele infringiu duplamente a Lei, primeiro quando praticou ato de advocacia estando licenciado da OAB e, depois, quando fez a defesa do seu cliente, desacompanhada da respectiva procuração.
- (B) o ato praticado no período de licenciamento é nulo, mas se não estivesse licenciado poderia defender seu cliente, sem procuração, afirmando urgência, obrigando-se a apresentá-la no prazo legal.
- (C) está correta, uma vez que a urgência da situação do cliente, ameaçado de perder a sua liberdade, permite que o advogado licenciado possa exercer atos urgentes, mesmo sem procuração.
- (D) a lei autoriza que o advogado licenciado possa praticar ato de urgência em processo criminal, para evitar a prisão do cliente, mas não permite que ele possa ingressar nos autos sem procuração.
- (E) Policarpo agiu corretamente, para defender interesse maior do cliente, mas após ingressar em juízo para defendê-lo, ele teria que pedir a sua substituição no processo em até 10 dias.

50. Assinale a alternativa que está em conformidade com o Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil.

- (A) As disposições do Código de Ética obrigam igualmente os órgãos de advocacia pública, e advogados públicos, salvo aqueles que ocupem posição de chefia e direção jurídica.
- (B) O subestabelecimento do mandato, com ou sem reserva de poderes, exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- (C) O exercício da atividade de magistério na Escola Nacional de Advocacia (ENA), nas Escolas de Advocacia (ESAs) e nas Bancas do Exame de Ordem será de caráter voluntário, não podendo ser remunerado.
- (D) O advogado deverá guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão, desde que a solicitação de reserva lhe seja feita pelo cliente.
- (E) O sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida e à honra ou que envolvam defesa própria.

